

[Inicial](#) » [Colunas](#) » André Pomponet


Debate de candidatos a prefeito foi morno

22/09/2016

[Curtir](#) [Compartilhar](#) 0 [Tweet](#)

Acompanhei atentamente, ontem (21), ao debate entre quatro candidatos à prefeitura da Feira de Santana: Jhonatas Monteiro (PSOL), Jairo Cameiro (PP), Ângelo Almeida (PSB) e Leonardo Pedreira (PCO). Foi no anfiteatro do módulo 2, na Uefs. Conforme era previsível, boa parte dos expectadores eram militantes do PSOL – creio que uns 80% da plateia, por aí – e do PCO. Gente jovem, com apetite pela atividade política, pelo visto. O debate em si foi meio morno: houve muita concordância, muita convergência, muita compreensão similar. Faltou polêmica.

É claro que as ausências do atual prefeito, José Ronaldo de Carvalho (DEM), e do deputado estadual José Neto (PT) – os principais protagonistas das eleições, segundo uma pesquisa recente – contribuíram para o clima de concórdia reinante. Afinal, as críticas mais cáusticas foram dedicadas prioritariamente ao atual prefeito, embora o líder do governo na Assembleia Legislativa, Zé Neto, também tenha sido alvejado. Como estavam ausentes, o clima não azedou.

O debate convergiu para os temas que ocuparam o noticiário nos últimos anos no município: o caos reinante no transporte coletivo e a crise que, ainda hoje, não foi inteiramente sanada, mesmo com os ônibus novos em circulação; o vexatório desempenho da educação básica na avaliação do MEC e as carências para o segmento; o atendimento precário na saúde, sobretudo o modelo de gestão adotado pelo município; e a épica batalha entre comerciantes, camelôs e ambulantes pelas ruas e calçadas do centro da cidade; além, claro, dos problemas decorrentes da ausência de um plano diretor que normatize a ocupação do solo do município.

Embora em território hostil – conforme já apontado, boa parte da plateia era de militantes do PSOL – o ex-deputado Jairo Cameiro foi bem: a todo momento recorreu a números, mostrando que elaborou um bom diagnóstico sobre a situação do município. Só hesitou nos momentos em que foi criticado por integrar a base de apoio do governo Rui Costa (PT).

Jhonatas Monteiro mostrou clareza pedagógica na exposição de suas ideias e apresentou propostas mais amadurecidas em relação às eleições de 2012, nas quais concorreu pela primeira vez. É, dos seis candidatos, quem detém o raciocínio mais sofisticado. Integra uma legenda que, nos próximos anos, é candidata a ocupar os espaços mais à esquerda que o PT vem negligenciando.

Ângelo Almeida parece o candidato mais afeito à discussão das questões de infraestrutura urbana. Foi quem puxou o Centro de Abastecimento para o palco do debate eleitoral. Provocado pela plateia, precisou se explicar sobre o apoio do PSB à deposição de Dilma Rousseff (PT) e o apoio a seu sucessor, Michel Temer (PMDB). Reafirmou sua rejeição à manobra que apeou a petista do poder.

Debutando no cenário eleitoral, Leonardo Pedreira expôs o real objetivo do PCO nas eleições municipais: divulgar as ideias do partido para viabilizar a organização de uma frente de trabalhadores para fazer a revolução. A todo momento enveredava pelas questões superestruturais da sociedade – para empregar uma expressão marxista – para explicar a Feira de Santana.

Em ano de debates escassos, a iniciativa da Adufs foi bastante elogiável. Debates do gênero ajudam a esclarecer o que pensam os candidatos sobre os destinos da Feira de Santana.

Divagações sobre a violência

Durante muito tempo exerci a função de repórter policial. Todos os dias visitava hospitais e delegacias, frequentava carceragens, cobria rebeliões no presídio, deslocava-me pela Feira de Santana levantando histórias interessantes que, no dia seguinte, eram reproduzidas pelos jornais feirenses onde tive a oportunidade de trabalhar. Conversei com dezenas de policiais, centenas de criminosos, incontáveis vítimas da violência urbana que desarranjava famílias e espalhava rastros de terror e dor.

À época, mal alcançara os 20 anos. Muito jovem, faltavam-se credenciais para entender as engrenagens que movem – e induzem – a violência e movimentava-me, em incontáveis coberturas e milhares de matérias e notas digitadas, às apalpadelas, enxergando o fenômeno como algo que, no longo prazo, poderia reduzir-se, quiçá desaparecer.

– A violência nunca vai desaparecer completamente. É um fenômeno social. O máximo que pode acontecer é diminuir bastante – explicou-me certa vez, bastante didático, um delegado às vésperas da aposentadoria.

A partir daí passei a valorizar mais as estatísticas que, frequentemente, eram divulgadas pela Polícia Civil. À época, no curto prazo, os indicadores descreviam tendências erráticas, mas que tendiam à elevação no longo prazo. Naquele momento, no entanto, era difícil enxergar essa tendência. Menos ainda interpretá-la, atribuir-lhe algum sentido.

Afastado do dia-a-dia da cobertura policial, continuo seguindo o noticiário, acompanhando com atenção as reportagens sobre os crimes, analisando dados estatísticos em numerosos textos desde os primeiros anos deste século XXI. A primeira – e imediata – constatação é que

[LEIA MAIS](#)

André Pomponet
Um sonho para João
23/12/2016

André Pomponet
Plante uma árvore
20/12/2016

André Pomponet
Mendigos e pedintes retorna
18/12/2016

André Pomponet
Xamanismo econômico do F
13/12/2016

André Pomponet
O Drama de João
09/12/2016

[« Anterior](#) [Pr](#)

a quantidade de assassinatos cresceu numa espiral alarmante. Na Bahia, em vinte anos, mais que dobrou.

Espantosamente, faltam explicações consistentes para o fenômeno. O tráfico de drogas – particularmente a epidemia de crack que assola o Nordeste – figura no topo das listas de explicações. As evidências, no entanto, até aqui, são pobres. Quem mata quem? É hábito se atribuir a elevação dos crimes aos acertos de contas do submundo. E para-se por aí. Ninguém enxerga nenhum esforço para mapear a rede do extermínio, determinar seus elementos, traçar estratégias que permitam combatê-la.

A explicação para o desdém é chocante, mas cristalina: morrem sempre negros ou pardos, jovens, moradores da periferia ou dos bolsões de pobreza, desempregados, com baixo grau de instrução; muitos flertam ou já tem carreira consolidada no crime. À exceção das mães desses infelizes, ninguém se importa com eles.

Na excludente e desigual sociedade brasileira, falta lugar para essa gente. Que fazer com milhares de jovens cujas expectativas de consumo são continuamente frustradas pela pobreza e pelo desemprego? Alguns optam pelo caminho da aceitação: acomodam-se em ocupações modestas e precárias, aguardando melhores dias no futuro incerto; outros se revoltam, enveredam pela marginalidade e, lá adiante, são tragados pela implacável torrente da violência.

Questões do gênero não figuram na pauta do jornalismo, sobretudo o digital. Orientada pela lógica do lucro e pelos apelos do sensacionalismo, a imprensa documenta a violência com notas curtas que vão pouco além do nome, da idade da vítima, do local aonde o cadáver foi encontrado. No máximo, associam o infeliz à criminalidade, ao acerto de contas entre bandidos, sobretudo quando é negro.

As imagens, no entanto, costumam ser fartas: a vítima é retratada sob vários ângulos, muitos deles suficientemente próximos para evidenciar as marcas da violência, a poça de sangue coagulado. Quase sempre tratam-se de jovens negros, conforme aludimos; normalmente, o corpo está estendido numa viela da periferia, dentro de uma residência pobre, num matagal ou numa estrada pouco frequentada, escolhida como ponto de desova.

Noutros tempos, as vítimas tornavam-se sujeitos de uma história no noticiário, de uma trajetória de vida normalmente modesta, que esgotava-se ali, numa poça de sangue. Mas isso foi noutros tempos: hoje ninguém perde tempo com esses infelizes, mesmo nos casos de crimes bárbaros, chacinas ou atrocidades semelhantes.

A notícia só ganha musculatura quando quem padece é branco, possui trajetória ordeira e torna-se vítima de um assalto. Aí o tom do noticiário repisa duas teclas: a violência que assombra a classe média, assustada detrás de muros e grades, sem liberdade; e a necessidade de uma legislação mais dura, que puna os criminosos com mais rigor, dada a desfaçatez da bandidagem; nessas ocasiões, os rogos pela pena de morte se avolumam.

Quando jovem, nas apurações nas delegacias e nos bairros periféricos, indagava-me quando a violência começaria a declinar, reduzindo a torrente de sofrimentos. Passadas quase duas décadas, assusta-me sua elevação, o número crescente de mortes; e, mais que a elevação, assombra-me a naturalidade com que o fenômeno é encarado: ninguém se importa com os bandidos, é óbvio; mas todos aceitam, com naturalidade, as restrições à própria liberdade que a violência impõe.

Há quem advogue mais educação e mais saúde para os infelizes moradores da periferia como um primeiro passo para apaziguar a sociedade; trabalho e renda também figuram como imperativos nesse processo de resgate social; esses figuram numa minoria que defende, de maneira renitente, a preservação dos Direitos Humanos como sustentáculo dos direitos individuais, da democracia e da própria sociedade.

Outros enxergam a repressão como antídoto mais adequado: mais polícia, mais bala e mais cadeia; esses ignoram que este é, justamente, o remédio adotado ao longo de quase cinco décadas no Brasil. Os resultados são amplamente desastrosos, como se vê, com dezenas de milhares de homicídios todos os anos e a emergência de poderosas organizações criminosas que se espalham pelo país inteiro.

Como observador, sem ambições acadêmicas, chego a conclusões desoladoras. Há quase duas décadas morriam jovens negros nas periferias, em muitos casos com algum nível de envolvimento com o submundo; eram os infelizes retratados nas reportagens policiais da época; hoje, seguem morrendo os mesmos jovens negros da periferia, talvez filhos, sobrinhos ou irmãos mais jovens daqueles desgraçados que tombavam há quase 20 anos.

Nada mudou, portanto. Estatisticamente, inclusive, o quadro se tornou ainda pior. Os discursos seguem os mesmos, apesar da alternância política, da emergência de uma nova geração de governantes, do afastamento de muitos que contribuíam para construir aquele cenário de exclusão e violência. Mais saúde, mais educação e mais oportunidades pairam, onipresentes, nos palanques e nas caminhadas dos períodos eleitorais.

Fala-se com muita frequência, nos ambientes políticos, na necessidade de construção de pactos. Focam-se temas como a educação, a competitividade econômica, o meio ambiente, o sistema político e por aí vai. Com relação à segurança pública e à violência, há menos ênfase. Pior: aborda-se a questão sob a ótica mais reacionária, com mais polícia, mais repressão, mais prisões, mais mortes, inclusive com a adoção formal da pena de morte, já que os incontáveis tribunais informais em funcionamento a adotam como única sanção.

O novíssimo governo em andamento vai mais além: pretende adicionar pitadas de liberalismo caipira à repressão, privatizando a gestão de presídios. Isso quando os próprios norte-americanos – os pioneiros na iniciativa – estão desistindo da ideia, conforme foi amplamente noticiado pela imprensa há uns poucos dias. Aqui, porém, persegue-se a contramão da História com ânsia suicida.

O diabo é quem sabe no que vai dar tudo isso. Coisa boa, pelo visto, é que não é.

André Pomponet

0 comentários

Classificar por

Mais antigos



Adicionar um comentário...

Facebook Comments Plugin



CULTURA

Turismo

Teatro

Música

Artes Visuais

Poesia

Literatura

NOTÍCIAS

Política

Economia

Saúde

Religião

História

Educação

Especiais

ENTRETENIMENTO

Eventos

Esporte

Cinema

Humor

Contos e Crônicas

COLUNAS

André Pomponet

Cultura e Lazer

Franklin Maxado

Poucas e Boas

Religião

Caneta Afiada

[INICIAL](#) [SOBRE](#) [ANUNCIE](#)

© Todos os direitos reservados

Email: infocultural@infocult[Painel Administrativo](#)